

Haddad admite perda

de receita de 10 bilhões

ESTADO DE SÃO PAULO

Do serviço local e da sucursal

A redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no crédito ao consumidor representará uma perda de receita de cerca de Cr\$ 10 bilhões, segundo estimativas feitas, ontem, pelo diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad. No conjunto, as operações realizadas pelas financeiras rendem à Receita Federal cerca de Cr\$ 30 bilhões, acrescentou.

A diminuição do IOF para as compras a prazo de bens duráveis e a extinção do limite de 80% para o crescimento dos empréstimos das financeiras, aprovadas anteontem pelo Conselho Monetário Nacional, foram os temas mais comentados, ontem, por corretores, banqueiros e empresários da área financeira, no almoço promovido pela Associação das Distribuidoras de Valores (Adeval). Na ocasião, o presidente da Associação Nacional das Corretoras de Valores (Ancor), Alberto Alves Sobrinho, disse recear que nem todo o benefício da redução dos juros no crediário seja efetivamente repassado ao consumidor.

O ex-presidente do Banco Central e atual presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, Carlos Brandão, por sua vez, afirmou que o interesse das financeiras em aumentar a captação de recursos, para elevar o volume de seus financiamentos, não deverá provocar um aumento das taxas de juros no mercado em geral.

TAXAS DE JUROS

As decisões do CMN também foram debatidas na reunião da diretoria da Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, cujo tema principal eram as taxas de juros. Os banqueiros estão procurando uma fórmula para reduzir os juros e evitar o aumento da taxa sobre seus lucros e pretendem discutir propostas nesse sentido com o governo e os diversos setores da economia, para evitar que haja efeitos paralelos conflitantes com os objetivos globais da política econômica. Mas não foi possível obter um consenso a respeito, ontem, informou o presidente da associação, Pedro Conde.

Para os banqueiros, as boas margens de lucro obtidas no ano passado são consequência da política econômica e não devem ser apontadas como causa das altas taxas de juros. "Mesmo que os bancos tivessem renunciado aos lucros, cobrando juros suficientes somente para cobrir seus custos, as taxas pagas pelos tomadores teriam sido muito elevadas, porque o dinheiro está caro para todo mundo, inclusive para o Tesouro Nacional", disse o diretor de um grande banco.

REAÇÃO DA ANFAVEA

Ainda em relação às decisões do CMN para o crédito direto ao consumidor, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Newton Chiaparini, disse ontem, no ABC, que "o fato de o governo já ter condições de aplicar mudanças no cálculo do IOF é uma indicação muito boa de que esse imposto deverá ser eliminado, dentro de um curto espaço de tempo".

Em sua opinião, a redução da alíquota do IOF para 0,3% ao mês nos crediários de até um ano e 3,6% para os de prazo superior — calculados, em ambos os casos, somente sobre o valor líquido da compra, sem computar juros e correção monetária — "deverá surtir efeitos bastante positivos para a indústria automobilística". "O valor das prestações diminuirá e isso indica uma possibilidade de reativação em nossas vendas", salientou Chiaparini.

"Essa medida do CMN é muito importante, porque o governo começa a demonstrar, na prática, o que já tinha admitido em teoria: quando o IOF foi instituído, há cerca de dois anos, o próprio governo dizia que sua existência seria temporária, mas ele permaneceu intacto por todo esse tempo", acrescentou, lembrando que outra decisão significativa para o setor automobilístico foi a liberação do teto das financeiras para as operações de crédito direto ao consumidor.

REATIVAÇÃO NO COMÉRCIO

Também a Federação do Comércio do Estado de São Paulo considerou as medidas importantes. "Elas desconsideram, pela primeira vez, o caráter meramente arrecadador das diretrizes da política econômica e vêm contribuir para a reativação das vendas em alguns setores de atividades, mostrando, ainda, que o governo reconheceu o baixo desempenho do setor de bens de consumo durável", afirmou o presidente em exercício da entidade, Abram Sjazman.

Ele observou, contudo, que as essas decisões, que devem contribuir para o aumento das vendas financiadas — "hoje ociosas" —, deveriam ser agregadas outras que estimulassem as vendas à vista, essenciais para a retomada do nível de atividade do comércio varejista. "E, entre essas medidas, as mais importantes seriam, justamente, aquelas voltadas à recomposição do poder de compra da classe média, tanto pela eliminação dos reajustes salariais escalonados, quanto pela amenização das alíquotas do Imposto de Renda na Fonte e a adequação das tabelas de desconto à semestralidade da política salarial."